



TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO
(OPÇÕES: 002 A 010)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Leia o texto para responder às questões de 01 a 06:

O Sobrado

Que pessoa estranha, dona Rosalina. Ela o deixava desconcertado não apenas pela ambivalência de sua conduta mas pelo mistério mesmo do seu ser. Como é que uma pessoa era assim? Ele não entendia, por mais que verrumasse¹ a cabeça não conseguia entender. Ela lhe dava a impressão de duas numa só: quando ele pensava conhecer uma, via que se enganara, era outra que estava falando. Às vezes mais de uma, tão imprevisível nos modos, nos jeitos de parecer. Um ajuntamento confuso de Rosalinas numa só Rosalina.

Ele passava horas ouvindo dona Rosalina, vendo-lhe os mínimos gestos, o mais leve movimento dos lábios e dos olhos. Via-a de todas as posições, seguia-lhe os passos, e ela nunca parecia ser uma, a mesma pessoa. E depois, no quarto, procurava botar em ordem as ideias, compor com os fiapos que pegava no ar uma só figura de dona Rosalina: uma dona Rosalina impossível de ser. Na rua não pensava em dona Rosalina, se esquecia inteiramente dela. Aprendeu que, por mais que perguntassem, não podia falar nunca naquela mulher tão sozinha. Sua boca devia ser por vontade calada, como era por desígnio de Deus a boca de Quiquina. Se às vezes na rua lhe assaltava a lembrança de dona Rosalina, afastava-a ligeiro, porque, distante, a sua figura ganhava em estranheza e cores sombrias. E ele queria o ar puro da rua, a claridade do dia, onde as horas passavam, a vida era o comum da vida da gente, sem nenhum outro mistério e sobressalto senão o mistério mesmo de existir. O sobrado era o túmulo, as voçorocas², as veredas sombrias.

(Autran Dourado. *Ópera dos Mortos*)

¹ refletisse

² escavações no solo ou em rocha decomposta causadas por erosão do lençol de escoamento de águas pluviais

01. De acordo com o texto, dona Rosalina incomodava o personagem (Ele) porque

- (A) o normal dela era enganar intencionalmente a todos.
- (B) o comportamento dela se transformava frequentemente.
- (C) a previsibilidade a tornava uma mulher desinteressante.
- (D) a interação entre ambos era dispersa e pouco amigável.
- (E) a vocação primeira dela era ignorá-lo totalmente.

02. O narrador deixa evidente que o personagem (Ele) considerava os momentos fora do sobrado como

- (A) um expediente encontrado para poder conversar com as pessoas e falar de seu estranhamento sobre dona Rosalina.
- (B) uma fuga para poder colocar as suas ideias em ordem e entender por que estava lá, convivendo com dona Rosalina.
- (C) uma forma de se conectar com o mundo e com o ordinário da vida, rompendo com as más impressões vindas daquela residência.
- (D) um autoflagelo, porque ele sentia falta das pessoas que habitavam aquele lugar e das energias que de lá emanavam intensamente.
- (E) um modo especial de repensar sua vida e analisar qual era o impacto que a presença de dona Rosalina tinha para os seus dias.

03. Considere as passagens do texto:

- Ela o deixava **desconcertado**... (1º parágrafo)
- Se às vezes na rua lhe **assaltava** a lembrança de dona Rosalina... (2º parágrafo)
- ... onde as horas passavam, a vida era o **comum** da vida da gente, sem nenhum outro mistério... (2º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) constrangido; atacava impetuosamente; essencial.
- (B) descomposto; acontecia reiteradamente; básico.
- (C) desordenado; surgia vagamente; insignificante.
- (D) atrapalhado; ocorria repentinamente; habitual.
- (E) atônito; assediava intensamente; contraditório.

04. Assinale a alternativa em que o referente do pronome e o sentido que ele expressa estão corretamente indicados.

- (A) Via-a de todas as posições, seguia-lhe os passos, e ela nunca parecia ser uma, a mesma pessoa. (2º parágrafo) [Rosalina/possessivo]
- (B) Ela o deixava desconcertado não apenas pela ambivalência de **sua** conduta... (1º parágrafo) [o personagem/demonstrativo]
- (C) ... quando ele pensava conhecer uma, via que se enganara, era **outra** que estava falando. (1º parágrafo) [Rosalina/possessivo]
- (D) ... por mais que perguntassem, não podia falar nunca **naquela** mulher tão sozinha. (2º parágrafo) [Rosalina/indefinido]
- (E) Se às vezes na rua **lhe** assaltava a lembrança de dona Rosalina, afastava-a ligeiro... (2º parágrafo) [Quiquina/demonstrativo]

05. Considere as passagens:

- Ela o deixava desconcertado **não apenas** pela ambivalência de sua conduta **mas** pelo mistério mesmo do seu ser. (1º parágrafo)
- Ele não entendia, **por mais que** verrumasse a cabeça não conseguia entender. (1º parágrafo)
- Sua boca devia ser por vontade calada, **como** era por desígnio de Deus a boca de Quiquina. (2º parágrafo)
- ... afastava-a ligeiro, **porque**, distante, a sua figura ganhava em estranheza e cores sombrias. (2º parágrafo)

As expressões destacadas – “não apenas ... mas”, “por mais que”, “como” e “porque” – estabelecem entre as orações, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) adição; oposição; comparação; consequência.
- (B) comparação; adição; causa; conformidade.
- (C) oposição; adição; conformidade; finalidade.
- (D) adição; finalidade; conformidade; explicação.
- (E) adição; oposição; comparação; causa.

06. Considerando-se o sentido do texto e a norma-padrão de flexão verbal e de colocação pronominal, as passagens destacadas em – ... quando ele pensava conhecer uma, **via que se enganara...** (1º parágrafo) – e – Na rua não pensava em dona Rosalina, **se esquecia inteiramente dela.** (2º parágrafo) –, admitem as seguintes reescritas:

- (A) via que se houvera enganado; não lembrava-se completamente dela.
- (B) via que se houve enganado; não se lembrava obviamente dela.
- (C) via que havia enganado-se; não se lembrava totalmente dela.
- (D) via que houvera enganado-se; não lembrava-se certamente dela.
- (E) via que se havia enganado; não se lembrava absolutamente dela.

Leia o texto para responder às questões de 07 a 10:

A Rússia na contramão da História

No atual século, praticamente não há países que não sejam – com ou sem competência – governados por suas próprias gentes. E, após as guerras, é esperado que se retirem os exércitos invasores. Foi o caso do Japão e da Alemanha. Encerrou-se o ciclo, com cerca de 200 nações independentes. O que restou foram as travessuras imperialistas, mas sem ocupação territorial permanente.

Porém há um país que anda na contramão da História. Como o resto da Europa, a Rússia expandiu as suas fronteiras. Iam do Alasca até o Báltico e o Mar Negro. Após a Segunda Guerra, foram anexados os países do Leste Europeu. Depois que os europeus voltaram para casa, a Rússia continuou tomando a casa dos outros, ignorando o espírito dos novos tempos.

Diante desse quadro, podemos ver a invasão da Ucrânia como uma manifestação tardia de um estilo de colonialismo que, por completo, o Ocidente já abandonou. Quando pensamos em tribos isoladas que ainda praticariam a escravidão, caberia um relativismo nos nossos julgamentos? Podemos condená-las? Não deveríamos também aceitar a Rússia, com seus valores, apesar de desalinhados com o presente?

Não! Vivemos sob princípios disseminados em todas as sociedades modernas. Somos herdeiros do iluminismo, incluindo a concepção de formas de governança, de direitos e de valores cívicos. Queremos acreditar que essa foi uma conquista irreversível.

Sendo assim, não há espaço para quaisquer transigências. A Rússia é um país que brilhou na literatura, na música, nas artes visuais, nas ciências e nas tecnologias militares. Teve ampla exposição às tradições da civilização ocidental. Não há por que perdoá-la pelo atraso na sua cultura política. É inaceitável que as suas lideranças ignorem essa herança e proclamem uma visão obsoleta de dominação colonial.

(Cláudio de Moura Castro. <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 06.04.2025. Adaptado)

07. Em seu artigo, o autor pondera que

- (A) a Rússia é um país coroado de êxito em várias áreas, o que justifica sua intenção de expandir os territórios, infelizmente em uma guerra.
- (B) a dominação colonial da Rússia é uma forma aviltante que depõe contra os princípios disseminados nas sociedades modernas.
- (C) a ampla exposição da Rússia às tradições da civilização ocidental foi responsável por aguçar o espírito belicoso e a expansão territorial.
- (D) a comunidade internacional deve aceitar a invasão da Ucrânia sem julgar a Rússia, que deve ter os seus reais motivos para fazê-la.
- (E) a expansão territorial russa, em todos os tempos, é justificável, pois está alinhada ao comportamento dos países europeus.

08. Identifica-se expressão empregada em sentido figurado em:

- (A) No atual século, praticamente não há países que não sejam... (1º parágrafo)
- (B) Como o resto da Europa, a Rússia expandiu as suas fronteiras. (2º parágrafo)
- (C) Porém há um país que anda na contramão da História. (2º parágrafo)
- (D) E, após as guerras, é esperado que se retirem os exércitos invasores. (1º parágrafo)
- (E) Após a Segunda Guerra, foram anexados os países do Leste Europeu. (2º parágrafo)

09. A concordância verbal está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Os países opõem-se às formas de governo que ignoram a herança do Iluminismo e que admitem uma visão obsoleta de dominação colonial.
- (B) Após a Segunda Guerra, anexou-se à Rússia os países do Leste Europeu. E ela não parou de tomar a casa dos outros, ignorando o espírito dos novos tempos.
- (C) No atual século, surgiu cerca de 200 nações independentes, e praticamente não existe países do planeta que não sejam governados por suas próprias gentes.
- (D) As sociedades modernas contém conhecimentos de formas de governança, de direitos e de valores cívicos, e quer-se acreditar que foi uma conquista irreversível.
- (E) A literatura, a música, as artes visuais, as ciências e as tecnologias militares não constitui motivos para perdoar o atraso na cultura política russa.

10. O uso do acento indicativo da crase atende à norma-padrão em:

- (A) No atual século, de ponta à ponta do planeta, praticamente não há países que não sejam governados por suas próprias gentes. E, seguindo-se às guerras, é esperado que sejam retirados os exércitos invasores.
- (B) Vivemos sob princípios comuns às sociedades modernas, que dizem respeito à concepção de formas de governança, de direitos e de valores cívicos. Queremos acreditar que essa foi uma conquista irreversível.
- (C) Com o arrefecimento do espírito de dominação colonial, os europeus voltaram à suas casas, após a Segunda Guerra Mundial, mas vários países foram anexados à Rússia, que ignorou o espírito dos novos tempos.
- (D) Os europeus voltaram para casa, e a Rússia continuou anexando à casa dos outros. Então, podemos ver a invasão da Ucrânia corresponde à uma manifestação tardia de um estilo de colonialismo já abandonado.
- (E) Quando pensamos em tribos isoladas que se dedicam à escravidão, caberia um relativismo à nossos julgamentos? Não deveríamos também aceitar a Rússia, com seus valores, apesar de desalinados com o presente?

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere a seguinte afirmação:

Se a pessoa é trabalhadora e honesta, então a pessoa se sente realizada e olha para si mesma com admiração.

Uma afirmação que corresponde à negação lógica dessa afirmação é:

- (A) A pessoa não se sente realizada e não olha para si mesma com admiração e não é trabalhadora e não é honesta.
- (B) Se a pessoa não é trabalhadora e não é honesta, então a pessoa não se sente realizada e não olha para si mesma com admiração.
- (C) A pessoa é trabalhadora ou honesta e a pessoa não se sente realizada e não olha para si mesma com admiração.
- (D) A pessoa é trabalhadora e honesta e a pessoa não se sente realizada ou não olha para si mesma com admiração.
- (E) Se a pessoa se sente realizada e olha para si mesma com admiração, então a pessoa é trabalhadora e honesta.

12. Carlos e Henrique foram hipoteticamente designados para realizar uma tarefa que foi dividida em duas partes iguais. Carlos decidiu que sempre, a cada dia, irá realizar a metade do que ainda falta para terminar, e Henrique decidiu que sempre, a cada dia, irá realizar a terça parte do que ainda falta para terminar. Após dois dias de trabalho de cada um deles, é correto afirmar que a parte da tarefa já realizada pelos dois é uma fração entre:

- (A) $\frac{7}{10}$ e $\frac{8}{10}$.
- (B) $\frac{5}{10}$ e $\frac{6}{10}$.
- (C) $\frac{4}{10}$ e $\frac{5}{10}$.
- (D) $\frac{8}{10}$ e $\frac{9}{10}$.
- (E) $\frac{6}{10}$ e $\frac{7}{10}$.

13. Juliana foi comprar um presente para sua mãe e ouviu a seguinte proposta de pagamento: o pagamento poderia ser feito em 3 parcelas. Ao decidir pela compra, Juliana já receberia um desconto de 10% sobre o valor anunciado na etiqueta. A primeira parcela, no ato, corresponderia à terça parte do valor anunciado na etiqueta já com o desconto. Ao chegar para pagar a segunda parcela, Juliana receberia um novo desconto de 10% sobre o valor que ainda restava ser pago e pagaria metade desse novo valor já com o desconto. No momento do pagamento da terceira parcela, novamente Juliana receberia 10% de desconto sobre o valor que ainda restava ser pago, e pagaria a última parcela quitando sua compra. Juliana fez a compra, e o valor da última parcela foi de R\$ 364,50. O preço de etiqueta do presente que Juliana comprou era um valor

- (A) entre R\$ 1.250,00 e R\$ 1.350,00.
- (B) entre R\$ 1.550,00 e R\$ 1.650,00.
- (C) entre R\$ 1.450,00 e R\$ 1.550,00.
- (D) entre R\$ 1.350,00 e R\$ 1.450,00.
- (E) entre R\$ 1.150,00 e R\$ 1.250,00.

14. A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico:

10, 20, 40, 20, 30, 60, 30, 40, 80, 40, 50, 100, 50, 60, 120, 60, ...

Considere a soma entre o 26º elemento e o 34º elemento. Subtraia essa soma do 33º elemento. O resultado dessa subtração é

- (A) 10.
- (B) 50.
- (C) 30.
- (D) 20.
- (E) 40.

15. Considere verdadeiras as afirmações:

- I. Qualquer professor sabe ler.
- II. Algumas pessoas que não frequentaram escola sabem ler.

A partir dessas, e somente dessas informações, é logicamente correto concluir que

- (A) Algumas pessoas que sabem ler são professores.
- (B) Pessoas que frequentaram escola sabem ler.
- (C) Algum professor não sabe ler.
- (D) Qualquer pessoa que sabe ler é professor.
- (E) Apenas quem frequentou escola sabe ler.

16. O Microsoft Teams, em sua configuração original, tem a funcionalidade de *lobby*, ou sala de espera, na realização de reuniões.

Supondo que uma organização pretende realizar uma reunião por meio do aplicativo, assinale a alternativa correta acerca dessa funcionalidade, na configuração padrão.

- (A) Todos os participantes, exceto os organizadores da reunião, devem esperar no *lobby*, independentemente de sua identidade.
- (B) Participantes externos à organização são sempre direcionados para o *lobby*, enquanto usuários autenticados da organização são admitidos automaticamente na reunião.
- (C) Somente organizadores e coorganizadores da reunião podem admitir a entrada de participantes do *lobby* na reunião.
- (D) Somente os convidados com o papel de apresentador não são obrigados a aguardar no *lobby* antes de ingressar na reunião.
- (E) Uma reunião pode ser configurada para que pessoas da organização, de organizações confiáveis e convidados entrem diretamente na reunião.

17. Um usuário, utilizando o MS-Word 365 em português e em sua configuração padrão, deseja inserir uma caixa de texto com um campo predefinido para exibir a data atual do sistema operacional automaticamente no formato de exemplo "quinta-feira, abril 10, 2025".

Assinale, entre as alternativas, a que apresenta uma forma adequada para atingir esse objetivo.

- (A) Inserir uma caixa de texto e digitar manualmente a data, atualizando-a periodicamente.
- (B) Inserir uma caixa de texto, acessar Inserir → Campo e selecionar o campo DATE, utilizando Ctrl+F9 para atualizar os valores.
- (C) Inserir uma caixa de texto, inserir o campo { TIME \@ "dddd, MMMM dd, yyyy" }, utilizando as teclas Ctrl+F9 para delimitar os colchetes de campo.
- (D) Inserir uma caixa de texto e utilizar o comando F9 para atualizar a data automaticamente.
- (E) Inserir uma caixa de texto, pressionar CTRL+F9 para abrir os colchetes do campo, depois inserir o conteúdo { DATE \@ "dddd, MMMM dd, yyyy" }.

18. Um auditor deseja enviar um e-mail, através do Microsoft Outlook 365 em sua configuração padrão, para compartilhar um arquivo executável, cuja extensão é .exe, com um colega de trabalho de sua mesma organização.

O que permitirá esse compartilhamento sem perda do conteúdo do arquivo e de acordo com a política padrão de segurança do Outlook é

- (A) enviar o arquivo .exe como anexo, pois, por padrão, o Outlook não aplica restrições a esse tipo de arquivo.
- (B) fazer o upload do arquivo em sua conta corporativa do OneDrive e compartilhar o link de acesso ao arquivo.
- (C) enviar o atalho do arquivo original do computador do remetente, pois dessa forma o destinatário, ao clicar sobre o atalho, poderá fazer o download do executável.
- (D) enviar o arquivo .exe por meio de um método "drag and drop" direto na mensagem.
- (E) renomear a extensão do arquivo de .exe para outra, como .doc ou .txt, e enviar; entretanto, não será possível renomear o arquivo novamente para sua extensão original.

19. Em relação aos princípios da segurança da informação, assinale a alternativa que apresenta uma situação que representa, simultaneamente, uma quebra de confidencialidade e de integridade.

- (A) Um backup fora do prazo impede a restauração de dados após falha de sistema.
- (B) Um sistema de autenticação falha, permitindo login fora do expediente.
- (C) Um atacante intercepta e altera um relatório confidencial durante sua transmissão.
- (D) A exclusão acidental de arquivos é feita por um usuário autorizado.
- (E) A paralisação de um servidor ocorre por ataque DDoS.

20. Assinale a alternativa que apresenta uma medida eficaz para minimizar o viés de resposta na utilização de inteligência artificial generativa.

- (A) Não atualizar o modelo ou o conjunto de dados com frequência, pois a tendência natural do modelo é que o viés de resposta estabilize-se ao longo do tempo.
- (B) Basear a validação do modelo em um único conjunto de dados homogêneo, desconsiderando variações contextuais.
- (C) Permitir que o modelo se autotreine e se ajuste sem supervisão e intervenção humana enviesada.
- (D) Implementar revisões regulares do conjunto de dados, visando assegurar a diversidade e a representatividade dos dados utilizados para treinar e ajustar o modelo.
- (E) Selecionar apenas dados históricos e antigos, pois sempre fornecem credibilidade histórica ao modelo.

- 21.** O auditor de controle externo Luís, do Tribunal de Contas de um estado brasileiro, está conduzindo auditoria operacional em uma empresa pública estadual responsável pela gestão de um grande terminal portuário. Durante a auditoria, verifica-se que a empresa, embora regida pelo direito privado, é majoritariamente controlada pelo Estado, que detém 85% de suas ações. Luís constata que a empresa não realizou licitação pública para a contratação de obras de ampliação do terminal e que o contrato foi firmado com uma empreiteira pertencente a ex-dirigentes da estatal, com indícios de superfaturamento. A auditoria interna da empresa havia alertado para os riscos dessa contratação, mas seus relatórios foram ignorados pela alta direção. Diante disso, o auditor Luís pretende: (I) aprofundar a auditoria sobre a legalidade e a eficiência da contratação; (II) requisitar diretamente os documentos e justificativas à diretoria da empresa; (III) propor medidas de ressarcimento e responsabilização; (IV) publicar relatório parcial com os achados relevantes.

Com base na situação descrita e na Declaração de Lima, assinale a alternativa correta.

- (A) O auditor pode aprofundar a auditoria operacional na empresa, requisitar diretamente documentos, propor medidas de responsabilização e publicar relatórios parciais sobre achados relevantes.
- (B) O auditor poderá requisitar documentos adicionais, desde que por meio da secretaria estadual à qual a empresa estiver subordinada, não possuindo competência para requisitar diretamente à empresa tais documentos.
- (C) O auditor deve se restringir à análise da legalidade da contratação, pois empresas públicas regidas pelo direito privado não estão sujeitas a auditoria operacional pelas entidades de fiscalização superiores.
- (D) O auditor não poderá propor medidas de responsabilização, já que os achados devem ser apenas relatados, não tendo efeito em relação à esfera de responsabilização dos agentes envolvidos.
- (E) O auditor não pode emitir relatório parcial antes da conclusão da auditoria completa, mesmo que haja fatos graves e urgentes, pois a utilização de tal expediente compromete a tempestividade das auditorias, bem como o seu sigilo.

- 22.** Em relação ao controle exercido pelos tribunais de contas e a sua relação com o controle da Administração Pública realizado por outros Poderes, é correto afirmar que:

- (A) os tribunais de contas, por serem órgãos integrantes do Poder Legislativo, estão sujeitos à revisão de suas decisões pelo plenário da casa legislativa respectiva, tanto em âmbito federal como em estadual ou municipal.
- (B) embora os tribunais de contas exerçam funções de controle e julgamento, suas decisões não são imutáveis e podem ser revistas pelo Poder Judiciário, quanto a aspectos de regularidade formal e legalidade.
- (C) os tribunais de contas são parte integrante do chamado controle interno, na medida em que representam controle da Administração Pública por órgão da própria Administração Pública.
- (D) cabe ao Poder Legislativo do ente da Federação respectivo a iniciativa para a propositura de lei que verse sobre a criação e a extinção de cargos no âmbito dos tribunais de contas.
- (E) a independência entre o controle externo e o controle interno no exercício da atividade de fiscalização implica a não obrigação de o responsável pelo controle interno comunicar a órgão do controle externo a identificação de irregularidades.

- 23.** O processo de tomada de contas abrange os ordenadores de despesa, gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal, sendo instruído no setor competente daqueles órgãos, que o encaminhará ao Tribunal de Contas para julgamento.

A respeito desse processo, com base na Lei Complementar nº 709/1993, do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) o recolhimento de importância impugnada, desde que até o término do julgamento, dispensa atualização monetária e juros de mora.
- (B) os juros de mora a que forem condenados os responsáveis, bem como a atualização monetária, contar-se-ão da data do trânsito em julgado do processo.
- (C) o relator presidirá a instrução do processo, determinando, de ofício, a notificação dos interessados, fixando prazo máximo de 5 (cinco) dias para o atendimento.
- (D) a decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, final ou terminativa.
- (E) a notificação do interessado não poderá ser dispensada, ainda que dos autos conste que o responsável já se pronunciou sobre o assunto ou dele tem conhecimento.

24. O auditor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao analisar o processo de tomada de contas de um convênio estadual, identifica a necessidade de ouvir o responsável pela aplicação dos recursos, tendo em vista indícios de irregularidades. O relator do processo, então, determina a notificação do responsável para que, no prazo legal, apresente suas justificativas.

Considerando o Regimento Interno do TCE-SP, assinale a alternativa correta quanto ao procedimento a ser adotado.

- (A) Caso o responsável, regularmente notificado, não apresente justificativas no prazo estabelecido, o processo deverá ser arquivado por ausência de contraditório.
- (B) O responsável deverá ser notificado por edital publicado no Diário Oficial do Estado, sendo desnecessária qualquer tentativa de notificação pessoal.
- (C) A ausência de defesa do responsável no prazo estabelecido, após notificação válida, não impede o prosseguimento do julgamento.
- (D) Na contagem dos prazos, salvo disposição em contrário, incluir-se-á o dia do início e do término.
- (E) A ausência de defesa do responsável torna obrigatória a remessa do processo ao Ministério Público para que este promova a responsabilização judicial.

25. Celso é auditor de controle do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) e se envolve rotineiramente em discussões acaloradas nas redes sociais, a respeito da situação política do país e do estado. Para conferir maior autoridade aos seus argumentos, ele costuma assinar todas as mensagens nas redes sociais informando o seu cargo e usando o logo oficial do Tribunal.

Nesse contexto, é correto afirmar, com base no Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que

- (A) não há qualquer irregularidade ética na conduta de Celso, pois ele está unicamente exercendo o seu direito constitucional à liberdade de expressão na internet.
- (B) a criação de perfis em redes sociais é vedada aos auditores de controle do TCE, ao contrário dos demais servidores do Tribunal.
- (C) a conduta de Celso está em conformidade com o Código de Ética, pois é dever dos servidores do Tribunal colaborar para a formação da população em geral.
- (D) não haveria infração com base no Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo caso Celso não utilizasse o logo do Tribunal nas suas postagens, mas apenas a menção ao cargo.
- (E) Celso deveria agir com reserva, cautela e discrição ao publicar seus pontos de vista nos perfis pessoais das redes sociais, evitando a exposição negativa do Tribunal.

26. Arranjos Produtivos Locais (APLs) são grupos de empresas, produtores e instituições que atuam em conjunto em um mesmo território. Eles compartilham produtos semelhantes, cadeias produtivas, insumos, tecnologias e informações de mercado.

Nesse contexto, iniciativas eventualmente implementadas pelo Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de promover o desenvolvimento de tais arranjos encontram justificativa em qual dos seguintes princípios ou objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil?

- (A) Redução das desigualdades sociais e regionais.
- (B) Igualdade entre os Estados.
- (C) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (D) Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem.
- (E) Favorecimento à micro e pequena empresa.

27. Uma das peculiaridades dos municípios brasileiros em comparação às regras constitucionais aplicáveis à União e aos estados consiste no fato de que

- (A) o julgamento das contas de governo dos prefeitos é realizado diretamente pelo Tribunal de Contas competente, estadual ou dos municípios, e não pelo Poder Legislativo municipal.
- (B) os municípios detêm competência legislativa residual, ao passo que a União, os estados e o Distrito Federal têm a sua competência legislativa expressamente elencada no texto constitucional.
- (C) os municípios não têm competência para a constituição de empresas estatais, prestadoras de serviços públicos ou não, seja na forma de empresas públicas, seja na forma de sociedades de economia mista.
- (D) os municípios não são citados expressamente como entes da Federação, embora a Constituição regule amplamente as suas competências e as regras para a sua criação, fusão, cisão e extinção.
- (E) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

28. Além dos Tribunais de Contas, um importante órgão do Poder Legislativo é previsto pela Constituição Federal de 1988 para a tarefa de, de modo permanente, exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, respeitando o princípio democrático de representação.

Esse órgão é

- (A) o Conselho da República.
- (B) a Instituição Fiscal Independente.
- (C) a Comissão mista permanente de Senadores e Deputados.
- (D) a Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (E) o Conselho Econômico e Social.

29. Suponha que o Congresso Nacional aprove lei contendo dispositivo que estabelece prazo máximo para a regulamentação da referida lei pelo Poder Executivo, visando dar-lhe aplicação.

É correto afirmar, nessa situação, que:

- (A) o Poder Executivo não poderá vetar tal dispositivo sob pena de frustrar a vontade manifesta do legislador ao não conferir plena eficácia à legislação aprovada nos termos do regular processo legislativo.
- (B) tal dispositivo se apresenta como inconstitucional por violação do princípio da separação de poderes e da atribuição ao Presidente da República do poder de expedir decretos.
- (C) em caso de não regulamentação no prazo estabelecido na lei aprovada, passará ao Poder Legislativo a prerrogativa de regulamentação da lei aprovada, mediante decreto legislativo aprovado em regime bicameral.
- (D) em caso de não regulamentação no prazo estabelecido na lei aprovada, o Chefe do Poder Executivo estará sujeito à responsabilização por crime comum, cujo processamento se dará junto ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) em caso de não regulamentação no prazo estabelecido na lei aprovada, o Chefe do Poder Executivo estará sujeito à responsabilização por crime de responsabilidade, cujo processamento se dará junto ao Senado Federal.

30. Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, os Tribunais de Contas Estaduais

- (A) têm competência para a fiscalização e o julgamento das contas de governo dos prefeitos, ainda que exista Tribunal de Contas dos Municípios específico.
- (B) devem, até o final do ano subsequente, encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado parecer prévio sobre as contas de cada um dos municípios sob sua fiscalização.
- (C) não exercem atividade de caráter administrativo-jurisdicional, ao contrário do Tribunal de Contas da União.
- (D) serão instituídos em conformidade com o disposto na Constituição Federal, no que couber, e na Constituição Estadual, sendo integrados por sete membros.
- (E) não detêm autonomia constitucional em relação ao Poder Legislativo do respectivo estado da Federação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Um dos princípios da atividade de fiscalização contábil, financeira e orçamentária é o princípio da legitimidade, que exige que a despesa pública seja realizada em conformidade com o interesse público, buscando atingir os fins constitucionais do Estado. Sobre este tema, é correto afirmar que a análise dos seguintes elementos do ato administrativo determina os critérios para o controle de legitimidade:

- (A) motivo e finalidade.
- (B) objeto e forma.
- (C) publicidade e motivo.
- (D) vinculação e objeto.
- (E) finalidade e forma.

32. Uma das formas de controle da Administração Pública é o chamado “controle administrativo”, baseado na ideia de autotutela. Neste sentido, é correto afirmar que

- (A) a Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada a apreciação judicial.
- (B) a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, afastada a possibilidade de apreciação judicial.
- (C) a Administração pode sustar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, embora deles se originem direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada a apreciação judicial.
- (D) a Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, afastada a possibilidade de apreciação judicial.
- (E) a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

33. Suponha que a empresa X Ltda., em setembro de 2019, tenha realizado um serviço para autarquia mantida pelo município Y e emitido, em novembro de 2019, fatura e nota fiscal que foram devidamente recebidas pela autarquia municipal para pagamento em 30 dias do seu recebimento. Suponha ainda que a referida autarquia, por descuido, tenha deixado de realizar o pagamento da referida despesa dentro do exercício de 2019 e também que tenha deixado de inscrever a despesa em restos a pagar, o que levou ao cancelamento dos empenhos na virada do exercício financeiro de 2019 para 2020. Finalmente, suponha que, em razão de mudanças na administração da empresa no início de 2020, houve desorganização da sua área de cobrança, acarretando a não cobrança pela empresa das faturas emitidas contra a autarquia. Caso a empresa X Ltda., em junho de 2025, ainda não tenha recebido os valores devidos, nem iniciado formalmente a cobrança, é correto afirmar que

- (A) poderá pleitear judicialmente a cobrança das faturas não pagas, pois o prazo prescricional para ações contra autarquias segue o disposto como regra geral no Código Civil para ações de cobrança, prazo este ainda não expirado.
- (B) poderá pleitear judicialmente a cobrança das faturas não pagas, em virtude da inafastabilidade do Poder Judiciário, considerando-se que o princípio da proibição do enriquecimento sem causa impede a decadência e a prescrição de ações de cobrança contra a Administração Pública.
- (C) não poderá pleitear judicialmente a cobrança das faturas não pagas, pois o prazo prescricional para ações contra autarquias segue o disposto como regra geral no Código Civil para ações de cobrança, prazo este já expirado.
- (D) não poderá pleitear judicialmente a cobrança das faturas não pagas, pois as dívidas passivas de autarquias municipais, bem como todo e qualquer direito ou ação contra autarquias municipais, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.
- (E) poderá pleitear judicialmente a cobrança das faturas não pagas, pois as dívidas passivas de autarquias municipais, bem como todo e qualquer direito ou ação contra autarquias municipais, seja qual for a sua natureza, prescrevem em dez anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

34. Considere o seguinte texto:

O controle jurisdicional sobre o mérito administrativo, porém, não foi imediato, entendendo-se até o quarto final do século XX no Brasil que ao Judiciário caberia apenas o controle de legalidade dos atos administrativos, o que restringiria a análise aos aspectos de competência, forma e licitude do objeto do ato. Contudo, na mesma velocidade em que se enfraquecia, com esteio do controle de constitucionalidade das normas, a antiga noção de independência de poderes, as limitações ao controle jurisdicional do mérito administrativo foram se flexibilizando.

(Luis Felipe Vidal Arellano.
Introdução ao Direito Financeiro Brasileiro, 2025)

Sobre o tema do controle judicial dos atos da Administração Pública, é correto afirmar, na linha do quanto argumentado pelo autor, que atualmente

- (A) se entende que o Poder Judiciário possui ampla competência para a revisão de atos da Administração Pública, inclusive dos atos de caráter discricionário, podendo revogar decisões que lhe pareçam contrárias ao interesse público.
- (B) caso o Poder Judiciário entenda como irregular um ato administrativo por não atendimento à finalidade pública declarada pelo administrador para sua realização, deverá, então, determinar em sentença a revogação do ato administrativo pela autoridade competente, respeitando assim a separação de poderes.
- (C) a Lei de Ação Popular exerce papel fundamental ao autorizar a declaração de nulidade de ato administrativo por violação da moralidade administrativa, o que torna necessária a análise, pelo juiz, do mérito administrativo.
- (D) se admite ao Poder Judiciário analisar apenas a competência, a forma e o objeto do ato administrativo, resguardando ao Poder Executivo a análise do motivo e da finalidade do ato a ser realizado.
- (E) o princípio da separação entre os poderes da República exige ao Poder Judiciário autocontenção, não lhe sendo admitido adentrar à análise do mérito administrativo, o qual cabe exclusivamente aos Poderes Executivo e Legislativo.

35. Uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de São Paulo contratou, sem licitação, serviços de sua subsidiária integral. Considerando essa situação, é correto afirmar que
- (A) desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social, a contratação é legal.
 - (B) a contratação da prestação de serviços por subsidiária integral é caso de inexigibilidade de licitação, por não ser viável a competição, considerando-se tratar-se de entidade que atende ao conceito de “parte relacionada”.
 - (C) a contratação é legal por se tratar de uma sociedade de economia mista; por outro lado, se se tratasse de uma empresa pública, a contratação de serviços teria de ser precedida de licitação, independentemente da existência ou não de subsidiária integral.
 - (D) desde que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social, a contratação é legal, independentemente do preço praticado, por se tratar de entidade integrante do mesmo grupo econômico.
 - (E) desde que os preços sejam compatíveis com os praticados, a contratação é legal, independentemente do objeto social da subsidiária integral, por se tratar do mesmo grupo econômico.
36. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, LRF) prevê uma série de instrumentos de transparência com o objetivo de fomentar o controle social das contas públicas. Neste sentido, é correto afirmar que são instrumentos de transparência individualmente previstos na LRF:
- (A) os Relatórios de Gestão Fiscal; os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; e o Balanço de Variações Patrimoniais, por meio do qual se verificam as transações patrimoniais ativas e passivas realizadas no exercício financeiro.
 - (B) o Demonstrativo de Dívida Consolidada; o Balanço Patrimonial; o Balanço Financeiro; e o Demonstrativo de Variações Patrimoniais, por meio do qual se verificam as transações patrimoniais ativas e passivas realizadas no exercício financeiro.
 - (C) o Demonstrativo de Dívida Consolidada; o Balanço Patrimonial; o Balanço Financeiro; e os Relatórios de Gestão Fiscal, por meio do qual se obtém resumo detalhado das receitas e despesas orçamentárias do exercício.
 - (D) os Relatórios de Gestão Fiscal; o Relatório Geral do Balanço Financeiro; e as audiências públicas obrigatórias para a elaboração e a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.
 - (E) os Relatórios de Gestão Fiscal; os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; e as audiências públicas obrigatórias para a apresentação dos resultados quadrimestrais.
37. Suponha que, em 2016, a Prefeitura Municipal de X firmou contrato de concessão com a empresa TransAurora S/A para a operação do sistema de transporte coletivo urbano, com prazo de 20 anos. Nos primeiros anos, a empresa atuou normalmente. No entanto, a partir de 2022, começaram a surgir reclamações constantes dos usuários quanto à redução da frota, atrasos recorrentes, superlotação, e más condições de higiene nos veículos. Em 2023, a Agência Reguladora Municipal realizou uma auditoria e verificou que a concessionária: (i) operava com apenas 60% da frota mínima exigida em contrato; (ii) não realizava manutenções preventivas, comprometendo a segurança dos veículos; (iii) descumpria os horários mínimos previstos nos itinerários, afetando diretamente a prestação adequada do serviço; (iv) acumulava multas ambientais e trabalhistas, com reflexo direto na continuidade dos serviços. Apesar de múltiplas notificações e aplicação de penalidades, a TransAurora S/A não regularizou a situação. Diante disso, em 2025, com base no art. 38 da Lei nº 8.987/1995 (Lei de Concessões), a Prefeitura instaurou processo administrativo para apuração de inadimplemento contratual. Após garantir ampla defesa e contraditório, foi reconhecido o descumprimento reiterado das cláusulas contratuais essenciais. Considerando esta situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) por decreto do Poder Concedente, poderá ser declarada a encampação da concessão, mediante prévia indenização, com a consequente retomada do serviço e instauração de processo licitatório para nova concessão.
 - (B) por decreto do Poder Concedente, poderá ser declarada a caducidade da concessão, independentemente de indenização prévia, com a consequente retomada do serviço e possibilidade de instauração de processo licitatório para nova concessão.
 - (C) por decreto do Poder Concedente, poderá ser declarada a encampação da concessão, independentemente de indenização prévia, com a consequente retomada do serviço e instauração de processo licitatório para nova concessão.
 - (D) por decreto do Poder Concedente, poderá ser declarada a caducidade da concessão, mediante prévia indenização, com a consequente retomada do serviço e instauração de processo licitatório para nova concessão.
 - (E) por haver se passado mais de $\frac{1}{3}$ (um terço) do prazo contratual na data da instauração do processo voltado à apuração de inadimplemento contratual, não é lícita a extinção unilateral do contrato, devendo eventual inadimplemento ser resolvido em perdas e danos.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

38. Considere os exemplos de políticas econômicas a seguir:

- Redução de impostos em períodos de recessão buscando reaquecer a economia.
- Criação de uma empresa, pelo governo, para explorar um determinado tipo de minério.
- Compra e venda de moeda estrangeira para conter oscilações cambiais excessivas.

Estas políticas são exemplos, respectivamente, das funções do governo:

- (A) distributiva, alocativa e estabilizadora.
- (B) alocativa, distributiva e estabilizadora.
- (C) alocativa, alocativa e distributiva.
- (D) estabilizadora, alocativa e estabilizadora.
- (E) alocativa, estabilizadora e estabilizadora.

39. O CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) é composto por três órgãos: Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, Superintendência-Geral e Departamento de Estudos Econômicos. Assinale a alternativa que contém uma atribuição do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.

- (A) Assessorar os órgãos do CADE na análise de atos de concentração.
- (B) Ordenar providências que conduzam à cessação de infração à ordem econômica.
- (C) Proposição de acordos e medidas preventivas.
- (D) Instauração, instrução e parecer em processos de conduta anticompetitiva.
- (E) Assessorar os órgãos do CADE na análise e identificação de cartéis.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

40. Faz parte das responsabilidades da Comissão de Valores Mobiliários:

- (A) conceder crédito e prestar garantias às instituições financeiras nacionais.
- (B) fiscalizar e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no mercado financeiro.
- (C) assegurar a observância, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.
- (D) oferecer serviços de consultoria financeira, financiamento para compra de ações e custódia de títulos e valores mobiliários dos clientes.
- (E) regular a execução de compensação de operações de compra e venda de títulos públicos.

41. A estrutura do sistema financeiro nacional é composta por três segmentos: normativo, entidades supervisoras e operador. O Banco Central, a Superintendência de Seguros Privados e a Caixa Econômica Federal fazem parte dos seguintes segmentos, respectivamente:

- (A) supervisor, supervisor e operador.
- (B) supervisor, normativo e operador.
- (C) normativo, supervisor e supervisor.
- (D) supervisor, operador e operador.
- (E) normativo, supervisor e operador.

AValiação Econômica de Projetos e Ativos

42. O método de avaliação de projetos que considera, exclusivamente, o tempo necessário para obtenção de retorno é conhecido como

- (A) índice de retorno temporal.
- (B) *payback*.
- (C) índice de rentabilidade.
- (D) valor futuro líquido.
- (E) valor presente líquido.

43. Em termos técnicos, a TIR (taxa interna de retorno) é a taxa de desconto que faz o valor presente líquido dos fluxos de caixa do investimento

- (A) ficar entre um e dois.
- (B) ficar acima de um.
- (C) se igualar a um.
- (D) ficar acima de dois.
- (E) se igualar a zero.

44. O prêmio de risco de mercado no Brasil seria a diferença entre o retorno esperado da carteira de mercado e a

- (A) taxa SELIC, ligado a títulos do Tesouro Direto.
- (B) taxa de juros no mercado futuro.
- (C) taxa de juros no mercado *swap*.
- (D) inflação no período determinado.
- (E) taxa média de inadimplência no Brasil.

45. Seja o conjunto de dados $X = \{20, 21, 25, 19, 23, 20, 21, 20, 39, 19, 22\}$. O valor da amplitude interquartil deste conjunto é:
- (A) 11.
 - (B) 5.
 - (C) 14.
 - (D) 3.
 - (E) 20.
46. A política de uma empresa prevê um gasto médio de R\$ 1.200,00 por funcionário/mês com reembolsos de despesas. Um auditor coleta uma amostra aleatória de 36 reembolsos e obtém uma média de R\$ 1.270,00 e desvio padrão amostral de R\$ 300,00. Considerando o teste t de Student para média, com nível de significância α , e as hipóteses $H_0: \mu = \text{R\$ } 1.200,00$ e $H_1: \mu > \text{R\$ } 1.200,00$, em que μ = média dos reembolsos, é correto afirmar que
- (A) a estatística t calculada é de 1,4, e se este valor for menor do que o valor t crítico para um nível de significância α , rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que o gasto médio com reembolsos está acima do valor previsto.
 - (B) a estatística t calculada é de 2,8, e se este valor for maior do que o valor t crítico para um nível de significância α , rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que o gasto médio com reembolsos está acima do valor previsto.
 - (C) a estatística t calculada é de 1,4, e se este valor for maior do que o valor t crítico para um nível de significância α , rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que o gasto médio com reembolsos está acima do valor previsto.
 - (D) a estatística t calculada é de 2,8, e se este valor for menor do que o valor t crítico para um nível de significância α , rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que o gasto médio com reembolsos está acima do valor previsto.
 - (E) a estatística t calculada é de 2,8, e se este valor for maior do que o valor t crítico para um nível de significância α , rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que o gasto médio com reembolsos está abaixo do valor previsto.

47. Uma análise investiga o tempo de processamento de declarações de imposto de renda, em dias, para uma determinada população. Sabe-se que o tempo médio para processamento é de 11 dias e o desvio padrão é de 3 dias. Sejam os seguintes valores da distribuição normal padrão acumulada $\phi(0) = 0,5000$, $\phi(1) = 0,8413$, $\phi(2) = 0,9772$ e $\phi(3) = 0,9987$, em que $\phi(z) = P(-\infty < Z \leq z)$. Considerando a distribuição normal para modelar o tempo de processamento, é correta a afirmativa que estima que
- (A) 84,13% das declarações levam entre 5 e 11 dias para serem processadas.
 - (B) 95,44% das declarações levam entre 5 e 11 dias para serem processadas.
 - (C) 99,74% das declarações levam entre 5 e 11 dias para serem processadas.
 - (D) 95,44% das declarações levam entre 8 e 14 dias para serem processadas.
 - (E) 68,26% das declarações levam entre 8 e 14 dias para serem processadas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

48. Uma carteira de investimentos composta pela ação A e pela ação B teve rendimento no mês de R\$ 17.754,00. A ação A teve uma alta de 7% no mês, e a ação B teve uma alta de 3% no mês. Sabendo que foram investidos R\$ 300.000,00 nessa carteira de investimentos, a diferença entre as quantias que foram aplicadas na carteira de investimentos foi de
- (A) R\$ 135.500,00.
 - (B) R\$ 137.700,00.
 - (C) R\$ 141.400,00.
 - (D) R\$ 143.800,00.
 - (E) R\$ 145.600,00.
49. Um financiamento de R\$ 10.000,00 deverá ser amortizado, por meio do Sistema Francês, em parcelas semestrais e consecutivas, com juros compostos de 5% ao semestre. Sabendo que, no terceiro semestre, o saldo devedor é de R\$ 5.365,29 e a prestação no primeiro semestre foi de R\$ 1.970,17, o valor da amortização no quinto semestre será de, aproximadamente:
- (A) R\$ 1.827,31.
 - (B) R\$ 1.899,12.
 - (C) R\$ 1.619,12.
 - (D) R\$ 1.787,00.
 - (E) R\$ 1.723,34.

50. Um projeto de investimento com vida útil de dois anos prevê um investimento de R\$ 2.400,00 na data inicial, um fluxo de caixa de R\$ 1.680,00 após o primeiro ano e R\$ 1.440,00 após o segundo ano. Não há valor residual. A taxa interna de retorno (TIR) do projeto é de
- (A) 20% a.a.
 - (B) 30% a.a.
 - (C) 15% a.a.
 - (D) 10% a.a.
 - (E) 25% a.a.

R A S C U N H O

51. Conforme a norma internacional ISSAI nº 100, é correto afirmar sobre os princípios gerais de auditoria do setor público que

- (A) os auditores devem manter comportamento apropriado, adotando posição de presunção de confiança na honestidade e correção dos administradores.
- (B) o auditor deve evitar o uso do trabalho de auditores internos, de outros auditores ou de especialistas, de modo a não comprometer a sua independência.
- (C) os auditores devem manter-se independentes, de modo que seus relatórios sejam imparciais, sem atenção ao modo como sejam vistos pelos usuários previstos.
- (D) a materialidade não é relevante nas auditorias do setor público, pois todas as questões neste tipo de auditoria podem influenciar as decisões dos usuários previstos.
- (E) ceticismo profissional significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.

52. Considerando o previsto nas normas técnicas e profissionais que regem o trabalho de auditoria do setor público, é correto afirmar sobre o risco de auditoria que

- (A) uma auditoria tem por objetivo fornecer absoluta certeza da condição objeto em relação à sua conformidade com as normas.
- (B) o risco de controle envolve a análise da probabilidade e magnitude da distorção devido às características particulares da classe de transações.
- (C) em uma auditoria de asseguuração limitada, o risco aceitável de não conformidade com critérios é maior do que em uma auditoria de asseguuração razoável.
- (D) risco inerente envolve a análise da efetividade operacional dos controles internos para determinar a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria.
- (E) quanto menor a percepção de risco de auditoria pelo auditor, maior deve ser a extensão dos procedimentos de auditoria adotados.

53. Observe atentamente as informações a seguir:

ÓRGÃO/ENTIDADE: Prefeitura do Município de X

OBJETIVO: Verificar a regularidade da execução física e financeira de transferências voluntárias que apresentem risco de não alcançarem a sua finalidade, diante da classificação “fracasso” do painel Classificação de Risco em Transferências Voluntárias, disponibilizado no portal corporativo.

SITUAÇÃO ENCONTRADA	CRITÉRIO	EVIDÊNCIA	CAUSA	EFEITOS	ENCAMINHAMENTO
Movimentação de recursos fora da conta específica do convênio, prejudicando a verificação do nexo entre os recursos repassados e os gastos realizados.	Decreto nº 6.170/2007, art. 10. Portaria nº 507/2011, MPOG/MF/CGU, art. 64 e art. 82, § 1º, II, alínea “c”.	(...)	(...)	(...)	Conversão em tomada de contas e citação dos responsáveis Fundamento: Lei nº 8.443/92, arts. 12, II, e 47; RITCU, arts. 202, II, e 252.
Retiradas da conta bancária sem comprovação da despesa.	Portaria nº 507/2011, MPOG/MF/CGU, art. 64 e art. 82, § 1º, II, alínea “c”.				Conversão em tomada de contas e citação dos responsáveis Fundamento: Lei nº 8.443/92, arts. 12, II, e 47; RITCU, arts. 202, II, e 252.

É correto afirmar que a tabela corresponde ao que, em auditoria governamental, se convencionou chamar de

- (A) matriz de conformidade.
- (B) documentação da auditoria.
- (C) inventário de inspeção.
- (D) matriz de achados.
- (E) matriz de responsabilidade.

54. Durante auditoria realizada no contrato de fornecimento de merenda escolar firmado pela Prefeitura X, os auditores públicos realizaram diversos procedimentos, incluindo visitas a escolas para observar, em tempo real, a entrega dos alimentos por parte da empresa contratada, verificando horário, quantidade e forma de armazenamento.

Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta corretamente o procedimento de auditoria descrito.

- (A) Inspeção documental – envolve a reexecução de processos ou tarefas previamente realizados pela entidade, com o objetivo de verificar sua fidedignidade.
- (B) Conciliação – corresponde à conferência matemática de cálculos realizados pela entidade, visando verificar a correção dos valores apresentados nos registros contábeis.
- (C) Observação direta – consiste no acompanhamento *in loco* de atividades ou processos executados pela entidade, com o objetivo de coletar evidências por meio da percepção direta dos auditores.
- (D) Circularização – consiste no envio de solicitações formais para que terceiros confirmem, por escrito, as informações registradas pela entidade auditada.
- (E) Revisão analítica – consiste no acompanhamento *in loco* de atividades ou processos executados pela entidade, com o objetivo de coletar evidências por meio da percepção direta dos auditores.

55. “O(A) _____ deve ser suficientemente detalhado(a) para permitir a um auditor experiente, sem nenhum conhecimento prévio da auditoria, entender a natureza, a época, o escopo e os resultados dos procedimentos executados, a evidência de auditoria obtida para fundamentar as conclusões e recomendações da auditoria, o raciocínio por trás de todas as questões relevantes que exigiram o exercício de julgamento profissional e as respectivas conclusões.”

Assinale a alternativa em que a expressão preenche corretamente a lacuna do trecho.

- (A) procedimento de inspeção
- (B) documentação da auditoria
- (C) teste de hipóteses
- (D) objeto da auditoria
- (E) revisão analítica

56. Os ajustes de exercícios anteriores no setor público são

- (A) uma conta contábil de variação patrimonial.
- (B) ou não relacionados a eventos que geram registros patrimoniais.
- (C) representados por um elemento de despesa próprio usado no orçamento do exercício corrente para atender a despesas que pertencem ao exercício anterior.
- (D) decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou retificação de erro em exercício anterior que não possa ser atribuído a fatos subsequentes.
- (E) uma classificação da despesa orçamentária quanto à natureza.

Considere os dados a seguir, referentes à demonstração do fluxo de caixa de um ente público hipotético, para responder às questões de 57 a 59:

Transação Econômica	Valor (em R\$)
Alienação de bens	5.000.000,00
Amortização de empréstimos concedidos	15.000.000,00
Aquisição de ativo imobilizado	800.000,00
Caixa e equivalentes de caixa inicial	12.000.000,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
Despesas com pessoal	745.000,00
Juros e encargos da dívida (operacional)	25.000,00
Operações de créditos contratadas	16.000.000,00
Outros desembolsos operacionais	625.000,00
Recebimento de impostos, taxas e contribuições	23.654.320,00
Receita de contribuições	880.000,00
Receita patrimonial	963.000,00
Refinanciamento de dívida	5.400.000,00
Transferências concedidas	5.280.000,00
Transferências recebidas	150.000,00

57. No período, quanto totalizou a variação de caixa e equivalentes de caixa, em reais?

- (A) 48.772.320,00
- (B) -10.800.000,00
- (C) 10.600.000,00
- (D) 19.200.000,00
- (E) 60.772.320,00

58. No período, quanto totalizou o fluxo de caixa gerado ou consumido em atividades operacionais, em reais?

- (A) 10.600.000,00
- (B) 12.000.000,00
- (C) 30.772.320,00
- (D) 18.772.320,00
- (E) 18.972.320,00

59. Quanto totalizou o saldo final de caixa e equivalentes de caixa, em reais?
- (A) 18.972.320,00
 - (B) 18.772.320,00
 - (C) 60.772.320,00
 - (D) 0,00
 - (E) 10.600.000,00
60. Conforme a estrutura conceitual dos trabalhos de asse-guração, assinale a alternativa que apresenta correta-mente as características dos critérios para mensurar ou avaliar um objeto.
- (A) Neutralidade, consistência e verificabilidade.
 - (B) Neutralidade, confiabilidade e representação fidedigna.
 - (C) Relevância, representação fidedigna e tempestividade.
 - (D) Relevância, compreensibilidade e tempestividade.
 - (E) Integralidade, confiabilidade e compreensibilidade.

Considere os dados a seguir para responder às questões 61 e 62:

Um órgão público assinou um contrato, após longo processo licitatório, que previa a aquisição de até 1.200 licenças de sistema operacional. Sabe-se que o custo unitário dessas licenças era de R\$ 450,00 cada, conforme instrumento jurí-dico. Em 01.12.2023, 630 licenças foram colocadas em uso e classificadas como de licenças operacionais de prazo definido, em virtude de o prazo de utilização ser de 24 meses após sua ativação. Em 01.02.2024, com a posse dos novos servidores nomeados no último concurso, foram ativadas mais 120 novas licenças, com o mesmo prazo de expiração. Em 31.12.2024, o contador da unidade verificou que o valor em uso dessas licenças era de R\$ 500.000,00 e que o valor de mercado totalizava R\$ 262.500,00.

61. Em 01.06.2024, quanto totalizava o valor contábil líquido, em reais?
- (A) 248.625,00
 - (B) 36.000,00
 - (C) 212.625,00
 - (D) 257.625,00
 - (E) 337.500,00
62. Em 31.12.2024, quanto será o ajuste a valor recuperável das licenças a ser reconhecido nas demonstrações con-tábeis, em reais?
- (A) 13.875,00
 - (B) 0,00
 - (C) 4.875,00
 - (D) 49.875,00
 - (E) 237.500,00

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Considere o balanço patrimonial a seguir, hipoteticamente apresentado pelo TCSP em 31.12.2024 (em R\$), para responder às questões **63** e **64**:

	2024	2023		2024	2023
Caixa	10.000	12.000	Fornecedores	250.000	300.000
Bancos	135.000	232.000	Salários a pagar	125.000	56.000
Aplicações financeiras	698.300	123.000	Impostos a pagar	12.000	36.000
Contas a receber, líquidas	400.000	200.000	Provisões para contingências	450.000	0
Estoques	100.000	35.000			
Investimentos em títulos públicos – não circulante	120.000	0			
Propriedades para investimentos	300.000	300.000	Patrimônio líquido	2.000.000	2.000.000
Imobilizado, líquido	450.000	425.000	Reservas de capital	120.000	120.000
Intangível, líquido	1.200.000	1.185.000	Reservas de lucros	456.300	0
	3.413.300	2.512.000		3.413.300	2.512.000

63. Por meio da análise horizontal, é possível afirmar que, entre 2023 e 2024,

- (A) os salários a pagar aumentaram em 123,21%.
- (B) os estoques diminuíram em 185,71%.
- (C) os investimentos em títulos públicos diminuíram em 100%.
- (D) a variação da conta bancos foi negativa em 16,67% aproximadamente.
- (E) as contas a receber líquidas foram positivas em 185,71% aproximadamente.

64. Qual foi o índice de liquidez seca em 2024, aproximadamente?

- (A) 1,45
- (B) 1,60
- (C) 1,49
- (D) 2,00
- (E) 2,27

R A S C U N H O

- 65.** Devido a alguns fatores, o setor público pode intervir na economia.

Uma das intervenções possíveis diz respeito ao exercício da função alocativa, a exemplo de

- (A) adoção de subsídio habitacional.
- (B) aumento do gasto público.
- (C) pagamento de seguro-desemprego.
- (D) fornecimento de bem meritório.
- (E) redução da taxa de juros.

- 66.** Um dos instrumentos de planejamento e orçamento do Sistema Brasileiro de Planejamento e Orçamento denomina-se plano plurianual (PPA), que

- (A) dispõe sobre as alterações na legislação tributária, que devem estar presentes também na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (B) estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, juntamente à mensagem encaminhada do Poder Executivo ao Poder Legislativo.
- (C) estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas diretrizes e metas para os próximos quatro anos.
- (D) contém a reserva de contingência, cuja dotação orçamentária encontra-se na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (E) tem a sua seção vetada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- 67.** A renúncia de receitas diz respeito a quanto o Estado deixa de arrecadar para beneficiar pessoas físicas ou jurídicas.

Quando efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa em requerimento no qual o particular faz prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão, está-se diante da espécie de renúncia de receita denominada

- (A) isenção em caráter não geral.
- (B) remissão.
- (C) subsídio.
- (D) anistia.
- (E) crédito presumido.

- 68.** As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) são denominadas créditos adicionais, que

- (A) devem ser previamente autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- (B) têm vigência somente durante o exercício financeiro em que foram abertos.
- (C) podem ser abertos por meio da utilização dos recursos disponíveis resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, no caso de créditos especiais e extraordinários, e não de suplementares.
- (D) podem ter como fontes de recursos a reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes.
- (E) dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e precedem de justificativa.

- 69.** Atento às recentes atualizações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um ente subnacional brasileiro analisa incluir em seu Anexo de Metas Fiscais

- (A) a evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios financeiros.
- (B) o marco fiscal de médio prazo.
- (C) a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.
- (D) os passivos contingentes, passando a informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- (E) a avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior.

- 70.** O suprimento de fundos diz respeito a um adiantamento de valores, que constitui despesa orçamentária, a um servidor público que prestará contas.

Como exemplo de uma situação na qual se permite a utilização de suprimento de fundos, pode ser citada a seguinte condição:

- (A) atendimento a despesas eventuais que exijam pronto pagamento, exceto em viagens e com serviços especiais.
- (B) atendimento a despesas de pequeno e médio vulto, não devendo ultrapassar limite estabelecido em ato normativo próprio.
- (C) despesa que deve ser realizada em caráter sigiloso, de acordo com classificação constante em regimento próprio.
- (D) servidor público declarado em alcance, com publicação no Diário Oficial.
- (E) servidor público que recebeu numerário e ficou responsável por até três suprimentos, como regra.

71. A matriz Nine Box pode ser utilizada para a avaliação de desempenho de funcionários, sejam eles do setor público ou privado. Essa ferramenta de fácil representação visual é estruturada por meio de linhas e colunas paralelas que trazem, respectivamente, níveis de potencial e desempenho dos avaliados. Consideram-se as linhas nomeadas de cima para baixo em alto (A), médio (M) e baixo (B) e as colunas nomeadas da esquerda para a direita em abaixo do esperado (1), esperado (2) e acima do esperado (3).

Logo, um servidor público avaliado com desempenho acima do esperado e potencial baixo encontra-se classificado no quadrante

- (A) B2.
- (B) B1.
- (C) A1.
- (D) A3.
- (E) B3.

72. Em uma auditoria foram analisados programas governamentais contidos no Plano Plurianual (PPA). Sobre um desses programas, o auditor relatou que os insumos foram utilizados ao menor custo possível, em conformidade com os padrões de qualidade e cujos planos de ação foram realizados de acordo com o estabelecido.

Para chegar a essas conclusões, foram analisados indicadores, respectivamente, de

- (A) economicidade, eficácia e efetividade.
- (B) eficiência, excelência e efetividade.
- (C) eficiência, excelência e execução.
- (D) eficiência, eficácia e efetividade.
- (E) economicidade, excelência e execução.

73. Os membros de um órgão de controle externo da Administração Pública organizam os problemas e as demandas por ordem de prioridade. Com isso, utilizam-se da Matriz GUT.

Problemas	G	U	T
Problema 1	1	1	1
Problema 2	1	1	2
Problema 3	4	4	1
Problema 4	1	1	4
Problema 5	3	4	3

Com base na Matriz GUT descrita, a sequência de resolução de problemas a ser seguida é a seguinte:

- (A) 3, 5, 1, 2 e 4.
- (B) 5, 3, 4, 2 e 1.
- (C) 4, 5, 2, 1 e 3.
- (D) 2, 1, 4, 3 e 4.
- (E) 1, 2, 4, 3 e 5.

74. Conforme o normativo brasileiro, qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos deve prestar contas.

Entre essas pessoas passíveis de fiscalização pelos órgãos de controle, encontram-se as associações públicas que são uma espécie de

- (A) organização social.
- (B) organização da sociedade civil de interesse público.
- (C) agência reguladora.
- (D) consórcio público.
- (E) agência executiva.

75. Os empreendedores de políticas públicas são indivíduos ou grupos que exercem um papel fundamental no engajamento, na defesa de uma ideia e na visualização do momento oportuno para concatenar ideias acerca de problemas e soluções, ou seja, são como um “surfista esperando pela grande onda”. No Brasil, tais empreendedores têm atuações reconhecidas em diversas áreas, a exemplo da própria origem do Tribunal de Contas brasileiro, na qual a figura de Rui Barbosa, Patrono dos Tribunais de Contas do Brasil, foi fundamental.

Dito isso, no processo de políticas públicas, o *policy entrepreneur* é um ator importante no modelo

- (A) dos fluxos múltiplos, de Kingdon.
- (B) incremental, de Lindblom.
- (C) de racionalidade absoluta, de Tinbergen.
- (D) de racionalidade limitada, de Simon.
- (E) *bottom-up*, de Wildavsky.

76. Segundo as definições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

- (A) bens e serviços comuns são aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, sua aquisição ou execução independem de justificativa prévia do contratante.
- (B) serviços e fornecimentos contínuos são os serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades temporárias e imediatas.
- (C) bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado.
- (D) serviços contratados por escopo são aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período indeterminado.
- (E) serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que o contratado compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos.

77. Segundo a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a fase preparatória do processo licitatório para a contratação de obras de engenharia deve conter um estudo técnico preliminar que deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá, entre outros elementos,

- (A) as estimativas das quantidades para a contratação, independentemente de serem acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte.
- (B) a estimativa do valor da contratação, acompanhada ou não dos preços globais referenciais de cada um dos serviços.
- (C) o orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.
- (D) a descrição da solução, como um todo, das obras e serviços de engenharia, sem necessidade de apresentar exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.
- (E) a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

78. De acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver apenas o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto é denominado regime de

- (A) contratação semi-integrada.
- (B) empreitada por preço global.
- (C) empreitada integral.
- (D) empreitada por preço unitário.
- (E) contratação integrada.

79. Na elaboração das etapas do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, existe a determinação de que os geradores de resíduos (pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos) devem garantir o confinamento dos resíduos da geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem, essa etapa é denominada de

- (A) triagem.
- (B) transporte.
- (C) caracterização.
- (D) acondicionamento.
- (E) destinação.

80. No Manual de Obras e Serviços de Engenharia do TCESP – Aspectos Técnicos 2024, a Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling* – BIM) é constituída de várias dimensões e pode ser utilizada durante todo o ciclo de vida de uma construção. A dimensão do BIM que agrega os dados de custo de cada elemento da obra, permitindo o gerenciamento e a análise do orçamento, é a dimensão

- (A) 7D BIM.
- (B) 6D BIM.
- (C) 4D BIM.
- (D) 8D BIM.
- (E) 5D BIM.

